



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE OPERAÇÕES AÉREAS - SOAR/CAOP/DIREX/PF

**MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 08211.004033/2019-73

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de 02 (dois) CTA's - CAMINHÕES TANQUES ABASTECEDORES de QAV/JET-A1 - querosene de aviação - cumprindo o que estabelecem as normas de segurança da ABNT, regulamentação da ANAC, NBR e norma internacional ATA 103-AVBPrev, com especificações e características técnicas exigíveis pela Coordenação de Aviação Operacional, CAOP/DIREX/PF, cada um deles equipado tanque, bomba de recalque e acessórios para transporte e abastecimento de aeronaves com querosene de aviação, sendo um com capacidade de 15.000 (quinze mil) litros e outro com capacidade de 8.000 (oito mil litros), conforme tabela abaixo:

COMPARATIVO DE PREÇOS PELO MÉTODO MENOR PREÇO DAS PROPOSTAS							
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	Quantidade	Staff Soluções Automotivas S.A. (SEI 15618812)	JR Indústria e Soluções (SEI 15618761)	Valor de Referência R\$
01	01	VIATURA DE TRANSPORTE ESPECIALIZADO, CAMINHÃO COM TRAÇÃO 6X4 EQUIPADO COM TANQUE PARA COMBUSTÍVEL DE AVIAÇÃO, INSTALADO SOBRE CHASSI, COM BOMBA E ACESSÓRIOS PARA ABASTECIMENTO DE AERONAVES, COM CAPACIDADE DE 15.000 (QUINZE MIL) LITROS.		01	R\$ 1.250.000,00	R\$ 1.850.000,00	1.250.000,00
02	01	VIATURA DE TRANSPORTE ESPECIALIZADO, CAMINHÃO EQUIPADO COM TANQUE PARA COMBUSTÍVEL		01	R\$ 1.150.000,00	R\$ 1.430.000,00	1.150.000,00

		DE AVIAÇÃO INSTALADO SOBRE CHASSI, COM BOMBA E ACESSÓRIOS PARA ABASTECIMENTO DE AERONAVES, COM CAPACIDADE DE 8.000 (OITO MIL) LITROS.				
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 2.400.000,00

1.1.1. As especificações técnicas exigidas de cada veículo seguem conforme **Anexos 01, 02 e 03** que acompanham este Termo.

1.2. Os veículos a serem adquiridos pela Polícia Federal deverão estar de acordo com as resoluções do CONAMA/MMA, normas da ANAC, ABNT, ANTT, ANP, DETRANs, e todas as outras normas que regulamentam o transporte de combustíveis/inflamáveis e o controle de poluição de ar por veículos automotores.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) da assinatura do termo contratual prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Justificativas Gerais da Aquisição:

2.1.1. Para o fiel desempenho de sua missão constitucional, dentro dos padrões de excelência esperados, deve a Polícia Federal, observados os critérios de conveniência e oportunidade, adquirir veículos e promover a renovação da frota. A presente aquisição, que engloba modelos de caminhões, equipados com tanques, bombas e acessórios para o abastecimento de aeronaves em campo, durante operações policiais, almeja, portanto, conceder instrumentos mais adequados para um ganho operacional na atuação da Polícia Federal nas suas atividades aéreas.

2.1.2. Para cumprimento de sua missão constitucional, a Polícia Federal deve ter à sua disposição um aparato logístico capaz de garantir resultados eficazes, inclusive em locais inóspitos do país que tem dimensões continentais, sendo necessário possuir veículos preparados para melhor atender às demandas de segurança pública da população.

2.1.3. É por isso que, historicamente, o Departamento de Polícia Federal possui uma frota própria de veículos destinados à realização de sua atividade finalística, que em última instância é prover a segurança pública do país, em conjunto com os demais órgãos constitucionais.

2.1.4. Quanto à quantidade dos veículos que se pretende adquirir, levou-se em consideração o número de Veículos existentes nesta Coordenação, 02 (dois), que necessitam ser substituídos por já estarem obsoletos e em condições antieconômicas de uso. Nada obstante a isso, os tanques de armazenamento dos veículos atuais não mais garantem 100% da qualidade do combustível que neles são armazenados, em decorrência do tempo de uso e desgaste natural, conforme conclusão de análises e estudos que foram realizados pela ANP – Agência Nacional do Petróleo e pelo INC – Instituto Nacional de Criminalística nas amostras deles coletadas.

2.2. Justificativa para a necessidade de entrega dos veículos licenciados/emplacados no Distrito Federal, onde serão recebidos e com tanque de combustível cheio:

2.2.1. A exigência do licenciamento/emplacamento para esse tipo de aquisição faz-se necessária em razão da tramitação dos processos internos somada ao prazo demandado pelos Departamentos Estaduais de Trânsito, os veículos ficariam parados durante todo este período, o que resultaria em desvantagem econômica;

2.2.2. A exigência de tanque cheio também se faz necessária visto que possibilita que as propostas sejam apresentadas em igualdade de condições – não há como certificar, caso seja solicitado 5 ou 10 litros, por

exemplo, a real quantidade no tanque. Além disso, torna o processo logisticamente mais célere e menos oneroso.

### 3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e nos ANEXOS deste Termo de Referência.

### 4. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1. Por se tratar de aquisição de bens/serviços comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002 o certame licitatório será realizado por meio de Pregão em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item, que possibilitará maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Salienta-se que as especificações técnicas dispostas neste Termo de Referência apresentam todas as informações necessárias à fabricação do objeto.

### 5. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 120 dias corridos, contados da publicação do contrato em D.O.U, no seguinte endereço: Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares, Hangar 13/14, Lago Sul, Brasília-DF, CEP 71.608-900.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6. Os veículos deverão ser entregues na Unidade Gestora, sediada em Brasília – DF, devidamente licenciados e emplacados para a Polícia Federal, de acordo com as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, com tanque de combustível cheio.

5.7. Na entrega dos veículos deverá ser fornecido um BOOK TÉCNICO do projeto do veículo, em duas vias, uma física e outra via em mídia eletrônica no formato PDF.

5.7.1. O book técnico deverá conter em seu capeado o seguinte:

5.7.2. Descritivo Técnico da solução de adaptação e análise de risco no veículo em uso elaborados por engenheiro mecânico devidamente credenciado na Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;

5.7.3. Estrutura de Produtos (BOM - Bill of Material);

5.7.4. Projeto Elétrico;

5.7.5. Consumo elétrico e o respectivo Balanço Energético;

5.7.6. Layout da passagem dos cabos e chicotes, distribuídos no veículo, constando as devidas indicações de cores de fios utilizados e conexões;

5.7.7. Certificados e Normas referentes aos componentes elétricos utilizados na adaptação, deve constar o número do *Report* de cada norma e ensaio realizado, identificando de qual componente se refere;

- 5.7.8. Descritivo de elementos físicos específicos (suportes e peças desenvolvidos pela empresa ou adquiridos de terceiros e instalados na adaptação, por meio de desenhos e medidas;
- 5.7.9. Processo de Montagem (PDM) das adaptações no veículo;
- 5.7.10. Rastreabilidade (se possuir), números de série, códigos de barra e QRCode, identificando os locais em que se encontram e forma de rastrear a origem;
- 5.7.11. Check List de Inspeção Final do veículo adaptado como viatura policial;
- 5.7.12. O Book Técnico deve ser elaborado por engenheiro mecânico responsável devidamente credenciado na Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e aprovado por engenheiro da montadora CONTRATADA, ambos assinando e certificando que os itens e alterações realizadas atendem as exigências deste Termo de Referência e seguem os padrões exigidos pela montadora.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
  - 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações citadas nos anexos deste Termo, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
  - 7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

### 7.2. O licitante vencedor a ser contratado deverá fornecer cobertura aos seguintes quesitos, mesmo com as adaptações realizadas:

7.2.1. Garantia Total de **12 (doze)** meses para Motor e Transmissão do veículo ou 50.000 Km (cinquenta mil quilômetros), o que ocorrer primeiro, prevalecendo os prazos do fabricante, caso estes sejam maiores;

7.2.2. Garantia Total técnica de **12 (doze)** meses contra defeitos de fabricação do veículo, com as respectivas modificações, inclusive para os equipamentos adicionais e acessórios exigidos no edital, sem limite de quilometragem, prevalecendo os prazos do fabricante, caso estes sejam maiores; devendo a assistência técnica ser prestada por concessionários em todo o território nacional. Despesas com revisões periódicas, conforme manual do fabricante, necessárias para a garantia, bem como os serviços de manutenção normal do veículo são de responsabilidade da contratada durante o período vigente da garantia;

7.2.3. Garantia Total de **12 (doze)** meses: para a pintura, carroceria do veículo, tanque e componentes de abastecimento de aeronaves;

7.2.4. O prazo inicial de garantia será contado a partir da data da assinatura do termo de recebimento definitivo do(s) veículo(s) ;

7.3. É vedado à empresa contratada opor qualquer restrição de garantia com base em regras praticadas aos demais consumidores constantes no manual do fabricante ou em outro instrumento, haja vista que o presente Termo de Referência prevê garantia/assistência técnica diferenciada cuja participação da empresa no certame licitatório configura na aceitação plena de suas condições;

7.4. A CONTRATADA deverá realizar uma entrega técnica que consiste na capacitação de servidores do DPF acerca dos recursos disponíveis no veículo, a qual deverá ser realizada até a Entrega Definitiva.

## 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8.2. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

8.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto para serviços acessórios, tais como caracterização, adaptações, instalação dos implementos, tanques, bombas, equipamentos e todos os acessórios envolvidos na operação do veículo completo, equipamentos de comunicação, de sinalização policial (acústica e visual), nas seguintes condições:

8.3.1. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;

8.3.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

8.4. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

8.4.1. Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

8.4.2. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, ficando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

8.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## 9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = ( 6 / 100 )/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	---------------------	--

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice *Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- 12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 13.1. O adjudicatário, no prazo de **03 (três dias)** após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a **05% (cinco por cento)** do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais, desde que não haja pendências.
- 13.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 13.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
  - 13.2.2. seguro-garantia;
  - 13.2.3. fiança bancária;
- 13.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.
- 13.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 13.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 13.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 13.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).
- 13.8. O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução do objeto do Contrato, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da União, ou de terceiros.
- 13.9. O valor da garantia se reverterá em favor do DPF, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.
- 13.10. Havendo interesse em estender a vigência contratual, o DPF exigirá reforço da garantia.

### 14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, **12 (doze) meses** - ou conforme estabelecido pelo fabricante, caso este seja maior, sem limite de quilometragem, abrangendo garantia técnica dos itens constantes do respectivo manual de garantia, incluindo chassi e carroceria, para manutenções preventivas durante o prazo de vigência, contada a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento **definitivo** do objeto.
- 14.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 14.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.



- 14.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 14.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 14.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez)** dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 14.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 14.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 14.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 14.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 14.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 14.12. Compete à CONTRATADA a responsabilidade de cumprimento dos prazos de garantia, não devendo superar 30 (trinta) dias para resolução de eventuais defeitos;
- 14.13. Correrá por conta da contratada todas as despesas (mão-de-obra) referentes às manutenções periódicas constantes do Manual do Proprietário durante o prazo e quilometragem de garantia técnica (de 12 meses).
- 14.14. A concessionária e fabricante fornecedores dos Veículos, assim como o fabricante dos Implementos (Tanques, Bombas e Acessórios) deverão cobrir com a garantia, também, os acessórios e equipamentos especificados nos Anexos 01, 02 e 03 - Serviço de manutenção preventiva ou corretiva.
- 14.15. O licitante vencedor a ser contratado deverá fornecer juntamente com os bens a serem adquiridos documento de certificação do fabricante de que está apta a assegurar em nome do fabricante a garantia técnica, sendo que a garantia deverá ser total, obedecidos os seguintes quesitos:

14.15.1. Garantia Total até o final da validade da garantia do produto para defeito de fábrica, com substituição total do equipamento.

14.15.2. É vedado à empresa contratada opor qualquer restrição de garantia com base em regras praticadas aos demais consumidores constantes no manual do fabricante ou em outro instrumento, haja vista que o presente Termo de Referência prevê garantia/assistência técnica diferenciadas cuja participação da empresa no certame licitatório configura na aceitação plena de suas condições.

## 15. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
  - 15.1.5. cometer fraude fiscal;
- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 15.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 15.2.3. multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.
- 15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.6.1. Caso o Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.4846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 16. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

16.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 2.400.000,00 (Dois Milhões e Quatrocentos Mil Reais) levando-se em consideração o menor valor orçado.

## 17. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

17.1. Os recursos orçamentários destinados à aquisição objeto deste instrumento serão aqueles oriundos da **UASG 200334 - COAD/DLOG/PF**.

## 18. **CONDIÇÕES DE FABRICAÇÃO**

18.1. A CONTRATADA é responsável exclusiva pela produção/montagem do bem, de acordo com as características estabelecidas no presente termo de referência, bem como todas as exigências técnicas e de segurança definidas pelas respectivas entidades competentes;

18.2. A contratada é a responsável exclusiva, perante a PF, para cobertura das garantias referentes aos veículos e seus equipamentos acessórios, mesmo aqueles cuja fabricação não esteja diretamente relacionada com sua linha de produção (terceirização);

18.3. O processo de fabricação, embora seja da escolha do fabricante, condicionado pela natureza dos equipamentos disponíveis, deve assegurar a conformidade com os requisitos deste Termo de Referência, sem prejuízo das demais normas técnicas e de segurança atinentes ao objeto em tela;

18.4. A contratada deve garantir a qualidade do bem mediante o controle de qualidade das matérias-primas e do produto acabado, em todo o processo de fabricação, segundo um plano de controle sistemático o qual, em caso de solicitação formal e por escrito, deve ser franqueado ao conhecimento da CONTRATANTE.

18.5. A contratada deverá entregar o veículo com todos equipamentos, acessórios e itens de série do mesmo modelo/versão ofertado no mercado, sendo vedada a sua remoção ou substituição, salvo quando solicitado pela CONTRATANTE.

## 19. **DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

19.1. Considerando que os veículos da PF normalmente são utilizados em condições particularmente severas, a assistência técnica deverá ser em todas as unidades (Capitais) da federação para execução da garantia e assistência técnica por meio de serviços especializados de manutenção e homologados pelo fabricante, admitida a subcontratação, por meio de serviços especializados de manutenção e homologados pelo fabricante, inclusive nos veículos com adaptações. Caso não seja possível a assistência nos locais aqui determinados, as despesas do transporte até o local de assistência técnica deverão correr por conta da CONTRATADA.

19.2. Contratada deverá executar gratuitamente as revisões de garantias previstas durante os 12 (doze) meses, ou conforme o prazo estabelecido pelo fabricante, caso seja maior, referentes às manutenções previstas nos manuais que importem na garantia do fabricante, com todas substituições necessárias de forma a manter a garantia de fábrica, sem nenhum ônus à contratante.

19.3. É vedado à empresa contratada opor qualquer restrição de assistência técnica constante no manual do fabricante ou em outro instrumento da fábrica, haja vista que o presente Termo de Referência prevê serviços e peças a serem executadas pela contratada, cuja participação no certame configura plena aceitação das condições exigidas.

## 20. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

20.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG, a CAOP/DIREX/PF, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

20.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares (quando necessário);

20.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

20.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

20.5. A comprovação do disposto no item acima e seus incisos poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do presente Termo de Referência/Edital.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2020.

**SAULO BARBOSA NOGUEIRA DE LELES**

Agente de Polícia Federal

Matrícula 15.375

Aprovo o presente Termo de Referência:

**JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC**

Delegado de Polícia Federal

Coordenador de Aviação Operacional

**APROVAÇÃO:** Aprovo o presente Termo de Referência por constatar que sua concretização observou critérios que norteiam a Administração Pública. Constam, plenamente justificados, a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais à sua consecução, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação.

**CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUSA**

Delegado de Polícia Federal

Diretor Executivo



Documento assinado eletronicamente por **SAULO BARBOSA NOGUEIRA DE LELES, Agente de Polícia Federal**, em 27/11/2020, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO HENRIQUE PIVOTO JOAO, Coordenador - Substituto (a)**, em



27/11/2020, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUSA, Diretor Executivo**, em 29/11/2020, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **16900655** e o código CRC **BABB17BF**.